

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

SSSSSSSSSSSSSSSSSSSSSSSSSSSS..... Lei nº 812

(Dispõe sobre empréstimo de CR\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros), a ser contruído com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo)

ANTÔNIO NUNES DE MORAES JUNIOR, Prefeito Municipal, faça saber que a Câmara Municipal de Jacareí decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º) Fica a Prefeitura Municipal autorizada a contrair com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, um empréstimo até a importância de CR\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros), destinado ao serviço de abastecimento de água, da sede do Município, de acordo com os estudos e projetos elaborados sob a orientação técnica do Departamento de Obras Sanitárias, da Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado.

Artigo 2º) Fica expressamente autorizada a inclusão no contrato que fôr celebrado, de todas as cláusulas e condições adotadas em operações dessa natureza e, de modo especial, as seguintes:

- a) prazo máximo de 15 (quinze) anos, com resgate em prestações mensais de juros e amortização pela Tabela Prince, vencendo-se a primeira prestação 30 (trinta) dias após a entrega da última parcela do empréstimo ;
- b) juros de 11% (onze) por cento ao ano, contados desde o recebimento da primeira parcela do empréstimo, sujeitos à majoração de 1% (hum) por cento na falta de pagamento, nos prazos estipulados das prestações de juros e amortização do empréstimo, vigorando e aumente durante o período de atraso ;
- c) garantia das rendas provenientes das taxas dos serviços de abastecimento de água e das demais rendas do Município, inclusive o excesso de arrecadação devido pelo Estado, nos termos do artigo 67, da Constituição do Estado de São Paulo, 50% (cinquenta) por cento da quota de que trata o artigo 15, § 4º, da Constituição Federal, e as quotas do imposto de consumo a serem entregues pela União;
- d) multa de 10% (dezoito) por cento sobre o montante do débito, para atender às despesas de execução judicial, no caso de inadimplemento do contrato por qualquer das partes.

Artigo 3º) As leis orçamentárias consignam verbas especiais para o pagamento de juros e amortização do financiamento, que será custeado com as rendas dos próprios serviços e subsidiariamente com as demais rendas municipais.

continua -

01/10/1968

Artigo 4º) Para o efeito da garantia mencionada na linha "c", parte inicial, do artigo 2º, são fixados acréscimos de taxas mensais que passarão a ser arrecadadas desde que os serviços sejam postos à disposição dos beneficiários e periódicamente ajustadas às necessidades e conservação, mediante estudos econômicos e financeiros. A Prefeitura Municipal depositará na Agência local da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, em conta aberta em nome do Município, o produto total da taxa de abastecimento de água em cada exercício, à medida que for sendo arrecadada, liberando-se o que exceder aos encargos financeiros contratuais de cada exercício, creditando a Caixa os juros normais sobre os saldos eventualmente existentes e apurados mês a mês; a credora é autorizada a transferir da referida conta as importâncias necessárias para satisfação das prestações mensais de juros e de amortização de capital e juros, no dia imediato ao dos respectivos vencimentos.

Parágrafo único) A taxa média mensal remuneratória de serviço de abastecimento de água, cobrada com base nas leis municipais vigentes, deverá ser regulamentada por decreto, pelo Poder Executivo, no máximo até que se verifique a integralização deste empréstimo, sendo acrescida de CR\$78,70 (setenta e oito cruzeiros e setenta centavos) por ligação domiciliar.

Artigo 5º) Para cumprimento e efetivação da garantia de que trata a alínea "c", partes média e final, do artigo 2º, fica a Prefeitura Municipal autorizada a conferir à Caixa Econômica do Estado de São Paulo, em caráter irrevogável e exclusivo, os poderes necessários para o recebimento da contribuição de que trata o artigo 67 da Constituição Estadual, e a contribuição da quota de que trata o artigo 15, § 4º da Constituição Federal e para o recebimento das quotas de imposto de consumo atribuídas pela União, devendo a Caixa entregar ao Município o total das quotas que receber, ou o saldo respectivo, na hipótese de atraso no pagamento das prestações do empréstimo.

Artigo 6º) Fica igualmente a Prefeitura Municipal autorizada a contratar a execução das obras, observadas as condições que forem estipuladas na escritura de concessão do empréstimo.

Parágrafo único) O contrato respectivo obedecerá à minuta adotada para os serviços dessa natureza, e as obras serão executadas sob a direção técnica e fiscalização do Departamento de Obras Sanitárias da Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado, em regime que melhor consulte os interesses do Município, obedecendo às especificações constantes do orçamento já elaborado.

continua -



CAMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

ssssssssssssssssssssssssssssssss

Artigo 7º) Fica o Poder Executive autorizado a pagar, à Caixa Econômica do Estado de São Paulo, a taxa de abertura do presente crédito, no importe de 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), fixada segundo a Resolução nº CEEESP-CA-2/61, correndo a despesa à conta do crédito especial - aberto pelo artigo subsequente.

Artigo 8º) Fica aberto na Contadoria Municipal um crédito especial de CR\$ - 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros), com vigência de 13 (treze) meses para ocorrer às despesas de escritura e outras decorrentes da contratação do empréstimo autorizado no artigo 1º, indusive ao pagamento de juros, sobre as parcelas que forem entregues pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo, referentes ao mesmo empréstimo.

Parágrafo único) - O valor do presente crédito será coberto com os recursos de operações de crédito, ficando o Poder Executivo autorizado a realizá-las até o limite previsto neste artigo, se necessário fôr.

Artigo 9º) Fica igualmente aberto na Contadoria Municipal, crédito especial de CR\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros), com vigência de 5 (cinco) anos, a partir da assinatura do contrato de empréstimo autorizado pela presente lei.

§ 1º) O valor do presente crédito será empregado exclusivamente no serviço de abastecimento de água, nos termos do artigo 1º desta lei.

§ 2º) O presente crédito será coberto com o recurso previsto na operação financeira autorizada pelo artigo primeiro da presente lei.

Artigo 10º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacareí, em 27 de Dezembro de 1962

~~Antonio Nunes de Moraes Junior~~
Prefeito Municipal